

CONSUMO DE DROGAS ILÍCITAS DURANTE O PERÍODO GESTACIONAL E SUAS REPERCUSSÕES NOS PRIMEIROS MESES DE VIDA DO BEBÊ: UMA REVISÃO DE ESCOPO

ILLICIT DRUG USE DURING PREGNANCY AND ITS REPERCUSSIONS IN THE FIRST MONTHS OF THE BABY'S LIFE: A SCOPING REVIEW

Marina Dias da Silva¹
Allana Rayane Saraiva de Medeiros²
Izabella Araújo Morais³

ABSTRACT: Introduction: Contemporary studies indicate that the use of illicit drugs during pregnancy is associated with significant maternal–fetal complications and increased perinatal morbidity and mortality. Objective: To understand the effects of illicit substance use during pregnancy on maternal health and infant development in light of current evidence. Methods: This scoping review was conducted between April and October 2025 in the Scientific Electronic Library Online (Scielo), U.S. National Library of Medicine (PUBMED/NLM) via the Virtual Health Library (BVS), and the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via BVS. Health Sciences Descriptors (DeCS) were used: illicit drugs, pregnancy, newborn. Additionally, one institutional document published by the Ministry of Citizenship was consulted. Results: A total of 481 articles and institutional documents were identified. Following strict recency criteria, a final sample of 15 high-relevance articles (2021–2025) and one institutional document was selected. Conclusion: The analyzed studies reveal that illicit drug use exerts negative effects on fetal neurological development. A paradigm shift in nursing is highlighted, with the adoption of functionality-centered care models (Eat, Sleep, Console), which contribute to harm reduction and the protection of maternal and infant health.

9290

Keywords: Illicit drugs. Pregnancy. Newborn.

¹Técnica em Vigilância em Saúde (IFG). graduanda de enfermagem Centro Universitário IESB.

²Técnica de enfermagem e graduanda de enfermagem Centro Universitário IESB.

³Graduada em Enfermagem pela Escola Superior de Ciências da Saúde - ESCS (2013). Especialista em Enfermagem em Terapia Intensiva (Residência Uniprofissional) pela ESCS, realizado na Secretaria de Estado do Distrito Federal - SES/DF, na Unidade de Terapia Intensiva do Hospital Regional da Asa Norte - HRAN (2016). Mestrado pela Universidade de Brasília - UNB, no Programa de Ciências e Tecnologias em Saúde (2023). Pós-graduada em Gestão em Saúde Pública pela Escola de Saúde Pública - ESP (2024). Professora/Orientadora: Centro Universitário IESB.

RESUMO: Introdução: Estudos contemporâneos apontam que o uso de drogas ilícitas durante a gravidez está associado a complicações materno-fetais significativas e ao aumento da morbimortalidade perinatal. **Objetivo:** Compreender os efeitos do consumo de substâncias ilícitas durante a gestação na saúde materna e no desenvolvimento do bebê, à luz das novas evidências. **Metodologia:** Trata-se de uma revisão de escopo da literatura, realizada entre abril e outubro de 2025, nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), U.S. National Library of Medicine (PUBMED/NLM) via Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) e Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via BVS, utilizando descritores em Ciência da Saúde (DeCS): drogas ilícitas, gestação, recém-nascido. Como fonte complementar, foi consultado um documento institucional publicado no website do Ministério da Cidadania. **Resultados:** Foram localizados 481 artigos e documentos institucionais. Destes, seguindo critérios rigorosos de atualização, resultou em uma amostra final composta por 15 artigos de alta relevância (2021-2025) e 1 documento institucional. **Considerações finais:** Os estudos analisados indicam que o consumo de drogas ilícitas apresenta efeitos negativos sobre o desenvolvimento neurológico fetal. Ressalta-se a mudança de paradigma na enfermagem com a adoção de modelos centrados na funcionalidade (Eat, Sleep, Console), contribuindo para a redução de danos e para a proteção da saúde materno-infantil.

Palavras-chave: Drogas ilícitas. Gestação. Bebê recém-nascido.

ABSTRACT: Introduction: Contemporary studies indicate that the use of illicit drugs during pregnancy is associated with significant maternal-fetal complications and increased perinatal morbidity and mortality. Objective: To understand the effects of illicit substance use during pregnancy on maternal health and infant development in light of current evidence. Methods: This scoping review was conducted between April and October 2025 in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), U.S. National Library of Medicine (PUBMED/NLM) via the Virtual Health Library (BVS), and the Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via BVS. Health Sciences Descriptors (DeCS) were used: illicit drugs, pregnancy, newborn. Additionally, one institutional document published by the Ministry of Citizenship was consulted. Results: A total of 481 articles and institutional documents were identified. Following strict recency criteria, a final sample of 15 high-relevance articles (2021-2025) and one institutional document was selected. Conclusion: The analyzed studies reveal that illicit drug use exerts negative effects on fetal neurological development. A paradigm shift in nursing is highlighted, with the adoption of functionality-centered care models (Eat, Sleep, Console), which contribute to harm reduction and the protection of maternal and infant health.

Keywords: Illicit drugs. Pregnancy. Newborn.

1. INTRODUÇÃO

De acordo com o *Global Academic Nursing Journal* (2021), a gravidez é um período caracterizado por grandes mudanças na vida da mulher, acarretando alterações em seus papéis físicos, psicológicos, sociais e familiares. Nesse contexto, o consumo, o abuso e a dependência de substâncias psicoativas tornaram-se um grave problema, atraindo a atenção de diversas instituições e setores da sociedade, pois podem trazer consequências significativas para a mãe e o filho. Pode-se afirmar que o consumo de drogas ilícitas durante a gestação resulta em

complicações materno-fetais graves, mediadas por mecanismos fisiopatológicos específicos que variam conforme a substância utilizada.

Esses mecanismos podem provocar alterações no desenvolvimento fetal e elevar o risco de morbimortalidade perinatal (Lewis et al., 2022). A maconha apresenta implicações relevantes durante a gestação, pois o delta-9-tetrahydrocannabinol (THC), principal componente ativo da cannabis, atravessa facilmente a placenta e interage com o sistema endocanabinoide do feto. Evidências recentes indicam que essa interação interfere diretamente na sinaptogênese e na conectividade funcional cerebral. A exposição intrauterina ao THC está associada a déficits cognitivos persistentes e alterações na regulação emocional, que podem manifestar-se na infância e na adolescência (Global Acad. Nurs. J., 2021).

A cocaína também possui implicações importantes na gestação, embora mediadas por mecanismos distintos. Seu mecanismo de ação provoca intensa vasoconstrição placentária, reduzindo significativamente o fluxo sanguíneo uterino. Segundo revisão do *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences* (2025), essa redução do aporte sanguíneo leva à hipóxia fetal crônica e compromete o crescimento intrauterino, aumentando a probabilidade de eventos obstétricos adversos, como parto prematuro extremo e descolamento de placenta.

Conforme apontado pelo *Brazilian Journal of Health Review* (2025), a investigação sobre o consumo de substâncias ilícitas durante a gestação e seus efeitos nos primeiros meses de vida do bebê é de grande relevância, configurando-se como um campo complexo e multifacetado. Trata-se de um tema intensificado pelo estigma social, que muitas vezes conduz à crítica e à marginalização, em detrimento do apoio e do tratamento adequados. 9292

Embora o consumo de substâncias nesse período transcenda fronteiras sociais e econômicas, estudos apontam maior prevalência de complicações graves entre mulheres com menor nível de escolaridade, fora do mercado de trabalho e em contextos de “estresse tóxico” (Univassouras, 2021). No entanto, a obtenção de dados confiáveis nessa área ainda é um desafio, principalmente em razão da relutância das gestantes em admitir o uso de drogas, devido ao preconceito social e ao receio de consequências legais.

No contexto da enfermagem, destaca-se a importância da atuação dos profissionais na identificação precoce do uso de substâncias, bem como na realização de intervenções adequadas. A formação em comunicação eficaz e livre de julgamentos é essencial para o estabelecimento de vínculos de confiança com as gestantes e seus familiares, promovendo a adesão ao tratamento e a redução dos riscos à saúde materna e infantil (Millenium, 2025). A enfermagem tem papel

fundamental na educação e no apoio às gestantes, visando à minimização dos impactos negativos do uso de drogas ilícitas e à promoção de melhores desfechos de saúde para mães e recém-nascidos (Andrade e Santos, 2023).

Considera-se este estudo oportuno e fundamental, pois evidencia o impacto na saúde do bebê e da mãe dependente química, destacando as complicações e alterações fisiopatológicas, a saúde mental materna e os preconceitos enfrentados. Além disso, ressalta a importância da atuação dos profissionais de enfermagem de forma humanizada durante o período pré-natal, contribuindo para o fortalecimento de um cuidado integral.

A escolha pelo desenvolvimento do tema justifica-se pela relevância social e científica, uma vez que o consumo de drogas ilícitas durante a gestação representa um sério problema de saúde pública, com efeitos significativos tanto para a mãe quanto para o bebê. A exposição intrauterina a substâncias psicoativas pode comprometer o desenvolvimento fetal e desencadear complicações obstétricas, além de envolver questões de vulnerabilidade social e estigmatização da mulher dependente química. Assim, diante desse contexto, busca-se responder à seguinte problemática: como o consumo de drogas pode afetar o bebê durante o período gestacional?

Dessa maneira, este estudo tem como objetivo compreender como o uso de substâncias ilícitas interfere não apenas na saúde física e emocional da gestante, mas também no desenvolvimento e no bem-estar do bebê. Essa compreensão torna-se essencial, uma vez que tais fatores podem comprometer a gestação, o parto e a vida futura da criança.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma Revisão de Escopo conduzida conforme as diretrizes metodológicas propostas pelo Instituto Joanna Briggs. Esse processo seguiu cinco etapas que, segundo Peters et al. (2020), incluem a identificação da questão de pesquisa, a definição dos critérios de inclusão, a seleção das fontes de informação, bem como a extração e a análise dos dados. Os componentes da estratégia PCC (População, Conceito e Contexto) são fundamentais para a elaboração da pergunta norteadora, orientando o levantamento de evidências e possibilitando a seleção adequada dos descritores (Peters et al., 2020). Assim, a estratégia PCC foi definida considerando a população de gestantes, o conceito relativo ao consumo de drogas ilícitas e o contexto referente às alterações observadas no bebê nos primeiros meses de vida.

A busca eletrônica da literatura foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), U.S. National Library of Medicine (PubMed/NLM) via Biblioteca

Virtual em Saúde (BVS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) via BVS, além do website do Ministério da Cidadania. Para a seleção dos estudos, desenvolveu-se uma estratégia de busca específica, combinando Descritores em Ciências da Saúde (DeCS) com operadores booleanos: “Illicit drugs” AND “Pregnancy” AND “Infant Newborn” AND “Neonatal Abstinence Syndrome”, visando maximizar a sensibilidade e a especificidade da pesquisa para identificar novas abordagens de manejo, como o modelo ESC.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: artigos publicados em português ou inglês, disponíveis gratuitamente na íntegra e publicados entre 2021 e 2025. Os critérios de exclusão incluíram estudos em outros idiomas, fora do período estipulado, artigos incompletos, pagos ou que não se alinhavam ao escopo da pesquisa.

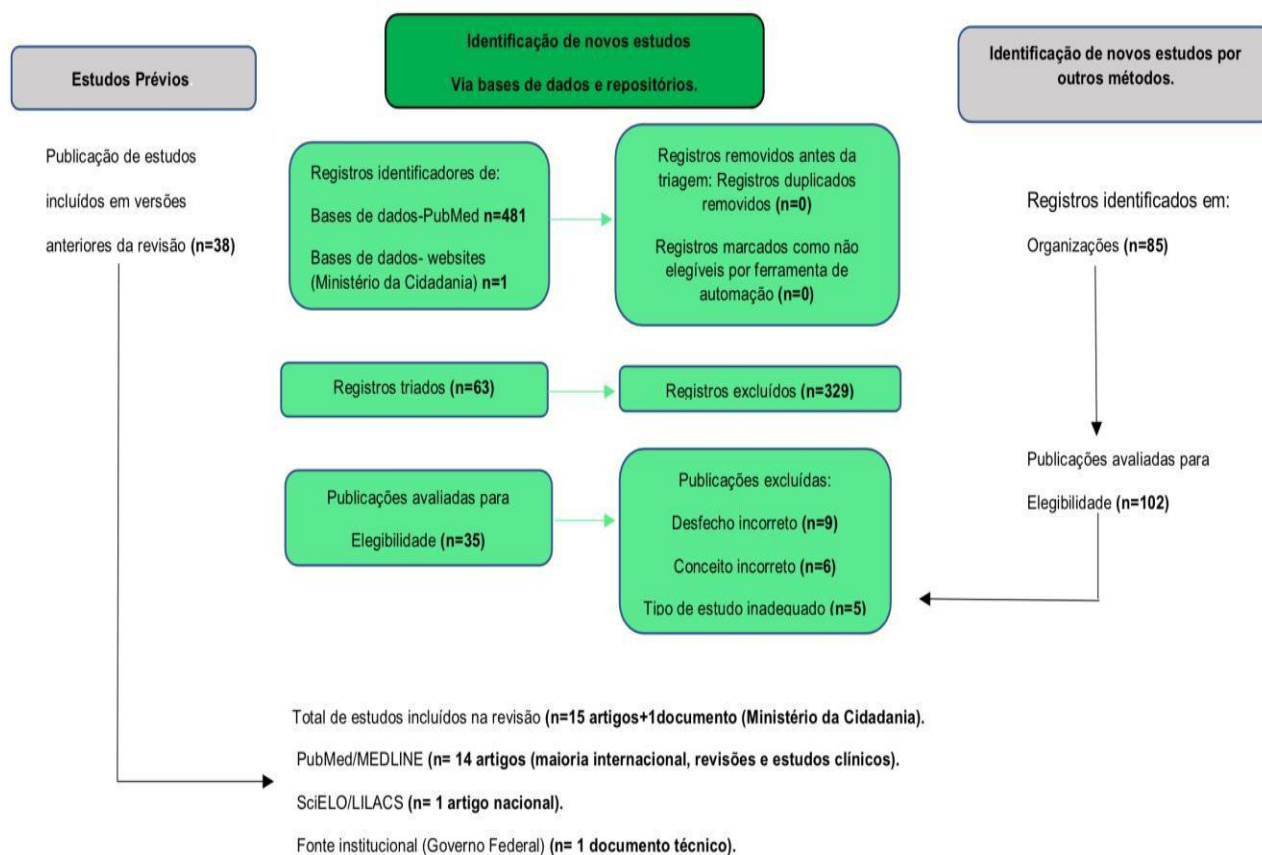
O processo de seleção dos estudos foi documentado em um fluxograma conforme o modelo PRISMA (Figura 1). A busca inicial nas bases e na fonte complementar resultou em 482 registros. Após a remoção das duplicatas e aplicação dos filtros automáticos de elegibilidade (ano, idioma e tipo de estudo), 117 registros foram excluídos, restando 365 artigos para a triagem inicial.

Na primeira fase de triagem, que envolveu a leitura dos títulos e resumos, 329 dos 365 registros foram excluídos por não apresentarem relação com a temática ou por não responderem à pergunta norteadora do estudo. Dessa forma, 36 estudos (35 artigos e 1 documento) foram selecionados para a segunda fase, a qual consistiu na leitura na íntegra para avaliação de elegibilidade.

Deste total de 36 textos lidos na íntegra, 20 foram excluídos pelos seguintes motivos: Desfecho incorreto (n=9): os estudos não apresentavam dados sobre as repercussões no recém-nascido, focando exclusivamente nos efeitos maternos; Conceito incorreto (n=6): a pesquisa abordava o uso de substâncias lícitas (álcool, tabaco) ou medicamentos prescritos, não se enquadrando no escopo de drogas ilícitas; Tipo de estudo inadequado (n=5): as publicações não eram pesquisas originais, tratando-se de editoriais, cartas ao editor ou artigos de opinião.

Ao final do processo, 16 estudos (15 artigos e 1 documento institucional) foram considerados elegíveis e compuseram a amostra final desta revisão de escopo. A seleção e análise dos estudos foram conduzidas por duas pesquisadoras de forma independente, sendo eventuais discordâncias solucionadas por consenso. Para a síntese dos achados, os estudos foram organizados considerando os efeitos maternos e neonatais decorrentes do consumo de drogas ilícitas durante a gestação.

Figura 1 – Fluxograma/Prisma **Fonte:** Adaptado pelas autoras (2025).



3. RESULTADOS

O Quadro 1 apresenta os resultados obtidos na pesquisa bibliográfica, organizados segundo os seguintes aspectos: título, autor, ano, drogas estudadas, desfechos avaliados e principais achados. A adoção desse formato se justifica pela semelhança entre os mecanismos fisiopatológicos e os desfechos clínicos descritos nos estudos, especialmente aqueles relacionados aos impactos neurodesenvolvimentais associados à cannabis e a outras substâncias, bem como às alterações hemodinâmicas provocadas por estimulantes, como a cocaína.

Quadro 1: Materiais de apoio organizados pelos título/autor/ano, drogas estudadas, desfechos avaliados e principais resultados.

Artigo/Autor/Ano	Drogas Estudadas	Desfechos Avaliados	Principais Resultados
BJIHS (2025) - Braz. J. Implantology	Cocaína/Crack	Prematuridade e alterações vasculares	O estudo confirma a prematuridade extrema como principal fator de risco e aponta a presença de lesões na substância branca cerebral associadas à hipóxia e à vasoconstrição dos vasos placentários.
Millenium (2025)	Opióides	Manejo da Abstinência (ESC)	Demonstra a eficácia do modelo <i>Eat, Sleep, Console</i> em comparação às escalas tradicionais, evidenciando redução no tempo de internação e na necessidade de uso de medicação.
BJHR (2025) - Braz. J. Health Rev.	Geral	Assistência de Enfermagem	O estudo destaca o estigma profissional, marcado por um 'viés punitivo', como uma barreira ao tratamento, além de reforçar a necessidade de um acolhimento humanizado voltado à redução de danos.
Lewis et al. (2022) - Neurosci. Rev.	Metanfetaminas	Desenvolvimento cognitivo e comportamental	Meta-análises indicam que a exposição compromete a microestrutura cerebral, resultando em déficits de memória e de resolução de problemas na idade escolar.
Perez, F. et al. (2021) - Addiction	Metanfetaminas	Características maternas e desfechos (anemia, FIG)	As usuárias apresentaram risco significativamente maior de anemia, parto prematuro e nascimento de bebês pequenos para a idade gestacional (PIG), quando comparadas às não usuárias.
Global Acad. Nurs. J. (2021)	Cannabis/Poliusuário	Desenvolvimento neurológico e integr	O uso de cannabis interfere na sinaptogênese e, quando associado ao tabaco, aumenta os riscos de baixo peso ao nascer e de complicações respiratórias.

		idade fetal	
Univassouras (2021)	Múltiplas	Antropometria	Reforça a associação entre o uso de drogas estimulantes e a redução do perímetro cefálico e do peso ao nascer, sugerindo que a nutrição pós-natal pode atuar como fator mitigador desses efeitos.
Sebastiani, G. et al. (2018) - Nutrients	Álcool/Drogas de Abuso	Perfil nutricional e desfechos neonatais	O consumo de drogas ilícitas, de forma isolada ou associado ao tabagismo, aumentou o risco de baixo peso ao nascer e de bebês pequenos para a idade gestacional (PIG). O uso isolado de álcool leve apresentou menor impacto quando comparado ao perfil de poliusuários.

Fonte: Elaborado pelas Autoras (2025)

4. DISCUSSÃO

9297

O uso de drogas ilícitas durante a gravidez configura um problema complexo e grave, com importantes repercussões para a saúde imediata e futura dos neonatos e de suas famílias. Substâncias como cocaína, heroína, metanfetamina e cannabis vêm se tornando cada vez mais presentes nos ambientes familiares, apresentando potencial para atravessar a barreira placentária e causar múltiplos danos ao feto em desenvolvimento. Segundo o *Global Academic Nursing Journal* (2021), tais exposições não apenas resultam em efeitos agudos, como o baixo peso ao nascer, mas também produzem impactos significativos na neuroarquitetura e no desenvolvimento comportamental da criança ao longo do tempo.

Entre as complicações imediatas associadas ao uso de drogas ilícitas, destacam-se o baixo peso ao nascer e a prematuridade. Essas condições elevam a mortalidade neonatal e tornam os recém-nascidos mais vulneráveis a problemas crônicos, incluindo dificuldades respiratórias e atrasos no desenvolvimento (West et al., 2023). Além disso, o retardo do crescimento intrauterino figura entre as complicações mais frequentes, decorrente de alterações placentárias que comprometem o suprimento adequado de oxigênio e nutrientes, agravadas pelos efeitos vasoconstritores de substâncias estimulantes (Bowie et al., 2022; BJHS, 2025).

A exposição pré-natal a drogas ilícitas também está associada a importantes alterações no desenvolvimento neurocomportamental, manifestadas por déficits cognitivos, dificuldades de atenção, aprendizagem e comportamento. A meta-análise de Lewis et al. (2022) demonstra que esses efeitos tendem a persistir ao longo da infância e não se limitam a influências ambientais, mas refletem alterações microestruturais na substância branca e cinzenta, podendo comprometer o desenvolvimento global e a adaptação psicossocial da criança.

O uso de drogas lícitas ou ilícitas durante a gestação ainda aumenta a probabilidade de malformações congênitas. Muitos desses efeitos permanecem subnotificados, e a exposição concomitante a múltiplas substâncias eleva ainda mais os riscos (Wang et al., 2022). Acredita-se que a teratogenicidade envolva, além da vasoconstrição, interferências nos processos epigenéticos, capazes de alterar a expressão gênica necessária ao desenvolvimento fetal adequado.

O uso pré-natal de opioides pode causar defeitos congênitos e, principalmente, a Síndrome de Abstinência Neonatal (SAN). Estudos recentes (Millenium, 2025) indicam que a gravidade da abstinência e a duração da hospitalização são significativamente moduladas pelo tipo de manejo clínico (farmacológico vs. funcional), sugerindo que o ambiente de cuidado é tão determinante quanto à exposição química.

No caso da maconha, sua utilização durante a gravidez está associada a alterações na conectividade funcional cerebral. Embora efeitos como a restrição do crescimento fetal possam variar em razão de fatores de confusão, como o tabagismo, evidências descritas na literatura indicam que o THC interfere na densidade sináptica, o que pode explicar déficits de atenção observados mais tarde, ampliando a compreensão dos riscos além da antiga preocupação voltada apenas para a biometria fetal (Global Academic Nursing Journal, 2021).

De forma semelhante, a exposição intrauterina à cocaína compromete o desenvolvimento fetal, sendo a prematuridade um dos principais mediadores desses riscos. A revisão do Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences (2025) destaca que, embora a heterogeneidade dos estudos dificulte isolar totalmente o efeito da droga dos fatores sociais associados, a combinação entre prematuridade extrema e vasoconstrição gera um cenário de elevado risco para lesões neurológicas permanentes.

4.1. Prematuridade

O uso de drogas ilícitas durante a gestação aumenta de forma relevante o risco de parto prematuro, configurando um desfecho crítico para a saúde neonatal. Entre essas substâncias, os opioides apresentam forte associação com prematuridade e com complicações neonatais iniciais, incluindo a Síndrome de Abstinência Neonatal, além de prejuízos neurocomportamentais, conforme apontam atualizações recentes em manejo clínico (Millenium, 2025).

Além dos opioides, outras drogas ilícitas também acarretam riscos importantes. O consumo de crack ou cocaína na gestação está relacionado ao maior risco de complicações vasculares maternas, especialmente ao descolamento prematuro de placenta. A revisão publicada no *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences* (2025) descreve que a exposição pré-natal a estimulantes produz um “duplo impacto”: por um lado, a vasoconstrição induz prematuridade; por outro, o feto já se encontra fragilizado pela hipóxia crônica e pela restrição do crescimento intrauterino. Essa combinação contribui para o aumento do risco de lesões cerebrais e de malformações congênitas (Bowie et al., 2022).

A realização de acompanhamento pré-natal adequado é fundamental para reduzir esses desfechos. Embora o uso de drogas seja um fator biológico relevante, a insuficiência do cuidado pré-natal, frequentemente marcada pelo medo de estigma e criminalização, pode exercer influência ainda mais determinante na ocorrência de prematuridade e baixo peso ao nascer. Quando a falta de assistência se soma aos efeitos tóxicos das substâncias, forma-se um cenário de elevada vulnerabilidade para desfechos adversos (Perez et al., 2021; West et al., 2023).

4.2. Síndrome de Abstinência Neonatal

Estas condições frequentemente requerem cuidados pós-natais intensivos e podem gerar efeitos a longo prazo na saúde do recém-nascido. Entre as complicações diretas, destaca-se a síndrome de abstinência neonatal (NAS), observada em recém-nascidos expostos a opioides e sedativos durante a gestação. A NAS manifesta-se por sintomas de abstinência que afetam diversos sistemas orgânicos, embora sua fisiopatologia ainda não esteja totalmente compreendida. Essa condição tem se tornado cada vez mais frequente, acompanhando o aumento do uso de opioides entre mulheres grávidas.

Historicamente, o sistema de pontuação de Finnegan foi amplamente utilizado para avaliar a gravidade da síndrome e orientar o tratamento, com foco na quantificação de sintomas como tremores e choro excessivo. No entanto, a literatura de 2025 (Millenium) indica uma

mudança importante de paradigma para o modelo denominado *Eat, Sleep, Console* (ESC). Diferentemente do Finnegan, que frequentemente leva à indicação de medicamentos como fenobarbital ou morfina com base em escores rígidos, o ESC prioriza a funcionalidade: se o bebê consegue alimentar-se, dormir e ser consolado, a intervenção farmacológica é evitada.

A exposição a opióides durante a gravidez inclui substâncias prescritas e tratamentos de substituição, como buprenorfina e metadona. A buprenorfina tende a provocar sintomas de abstinência mais leves em comparação à metadona. No modelo ESC, o cuidado não farmacológico constitui a primeira linha de intervenção e inclui medidas como contato pele a pele, envolvimento (*swaddling*) e alojamento conjunto. A intervenção medicamentosa ainda pode ser necessária em casos refratários; contudo, seu uso reduziu-se de forma significativa com a adoção dos novos protocolos funcionais descritos pela literatura (Millenium, 2025).

Além disso, a exposição pré-natal a substâncias como álcool e múltiplas drogas de abuso agrava o quadro clínico. O álcool pode gerar alterações no desenvolvimento neonatal e sinais clínicos que ocorrem independentemente de fatores maternos (Sebastiani et al., 2018). A exposição à metanfetamina no útero também está associada à restrição de crescimento e a manifestações semelhantes à abstinência, que exigem monitoramento rigoroso. Em síntese, a NAS é uma condição multifacetada, na qual a gravidade dos sintomas orienta a conduta clínica; entretanto, a tendência atual prioriza o suporte ambiental e familiar antes da medicalização imediata.

4.3. Complicações Indiretas

Segundo o *Brazilian Journal of Health Review* (2025), além das complicações diretas, há impactos indiretos relevantes sobre a saúde materna e o desenvolvimento infantil, frequentemente intensificados pela chamada “dupla vulnerabilidade”, que envolve tanto os efeitos químicos da substância quanto às condições ambientais precárias. Entre esses impactos, destacam-se a depressão pós-parto (DPP), a negligência e o comprometimento da interação mãe-bebê. Fatores como instabilidade familiar, violência doméstica e pobreza costumam acompanhar o uso de substâncias, configurando um ambiente de estresse tóxico que potencializa os prejuízos da exposição.

A DPP é uma das condições mais prevalentes nesse contexto, afetando uma parcela expressiva dessas mulheres. Mães que utilizaram substâncias ilícitas durante a gestação apresentam um risco mais elevado devido à interrupção repentina do uso e ao receio do

juízo social. Seus sintomas incluem instabilidade emocional, distúrbios do sono e apatia. Além de comprometer a saúde materna, a DPP interfere no desenvolvimento do bebê, pois reduz a capacidade da mãe de utilizar estratégias de autorregulação, como o contato pele a pele, fundamentais no modelo ESC (Brasil, 2021; BJHR, 2025).

Esse quadro psicológico também limita a formação de um vínculo emocional seguro (apego), prejudicando a qualidade da interação mãe-bebê. A ausência de um apego seguro está associada a dificuldades comportamentais futuras. Entretanto, a literatura aponta para a presença de um “viés punitivo” na atuação de algumas equipes de saúde: em muitos casos, comportamentos classificados como “negligência materna” refletem, na verdade, o medo da mãe de perder a guarda do filho ao buscar assistência, o que a afasta dos serviços de suporte (BJHR, 2025).

A negligência e os cuidados insuficientes relacionados ao consumo de drogas comprometem aspectos básicos, como alimentação e higiene. Recém-nascidos expostos a ambientes marcados pelo uso de substâncias tendem a conviver com situações de violência doméstica, o que contribui para a manutenção de um ambiente de estresse tóxico. Estudos recentes indicam que o suporte social e a redução da pobreza são intervenções tão eficazes quanto o tratamento médico isolado para melhorar o prognóstico dessas crianças (Univassouras, 2021).

9301

Os efeitos adversos tornam-se ainda mais intensos em famílias que vivem em situação socioeconômica vulnerável, caracterizada por instabilidade habitacional e dificuldade de acesso a recursos básicos. Segundo o Ministério da Cidadania (2021), “o uso de drogas durante a gestação pode trazer sérias consequências para a saúde da mãe e do bebê, incluindo riscos de desenvolvimento e problemas de saúde ao longo da vida”. Para mitigar esses impactos, é essencial implementar programas de apoio que ofereçam acompanhamento psicológico e suporte social, priorizando estratégias de redução de danos e a preservação do núcleo familiar sempre que possível e seguro.

4.4. Programas para Apoio a Mulheres Grávidas e Mães com Dependência Química e Atuação da Enfermagem

Segundo o Brazilian Journal of Health Review (2025), além das complicações diretas, existem impactos indiretos significativos sobre a saúde materna e o desenvolvimento infantil, frequentemente potencializados pela “dupla vulnerabilidade”: a ação química da droga e a precariedade do ambiente. Entre esses impactos destacam-se a depressão pós-parto (DPP), a

negligência e o comprometimento da interação mãe-bebê. Fatores como instabilidade das condições de vida, violência doméstica e pobreza geralmente acompanham o consumo de substâncias, criando um cenário de “estresse tóxico” que agrava os efeitos adversos da exposição.

A depressão pós-parto é uma das condições mais prevalentes nesse contexto, afetando uma parcela significativa das mulheres. Mães que utilizaram substâncias ilícitas durante a gestação apresentam risco elevado. Isso se deve à abstinência abrupta e ao medo do julgamento social. Os sintomas incluem instabilidade emocional, distúrbios do sono e apatia. O estudo de Kroska e Stowe (2020) reforça a importância de identificar precocemente esses sinais em ambientes clínicos, uma vez que frequentemente são confundidos com o estresse do cuidado neonatal.

Além de comprometer a saúde materna, a DPP interfere negativamente no desenvolvimento do bebê. Uma mãe deprimida apresenta menor capacidade de aplicar técnicas de regulação, como o contato pele a pele, essenciais no modelo *Eat, Sleep, Console* (Brasil, 2021; BJHR, 2025). Esse distúrbio psicológico dificulta o estabelecimento de um vínculo de apego seguro, reduzindo a qualidade das interações mãe-bebê. A ausência de apego seguro pode levar a problemas comportamentais no futuro.

Estratégias farmacológicas e terapêuticas recentes demonstram eficácia no tratamento da DPP, mesmo em populações vulneráveis (Vasiliu, 2022). Isso evidencia que o cuidado materno é uma forma direta de proteção ao neurodesenvolvimento infantil. A literatura atual alerta também para o “viés punitivo” de algumas equipes de saúde. Muitas vezes, o que é rotulado como “negligência materna” resulta, na verdade, do medo da mãe de perder a guarda do filho ao procurar ajuda.

A negligência e os cuidados inadequados relacionados ao uso de drogas afetam aspectos básicos como alimentação e higiene. Recém-nascidos expostos a ambientes com consumo de substâncias têm maior probabilidade de vivenciar violência doméstica, configurando um ambiente de desenvolvimento tóxico. Estudos indicam que suporte social e redução da pobreza podem ser intervenções tão ou mais eficazes que o tratamento médico isolado na melhoria do prognóstico dessas crianças (Univassouras, 2021).

Os efeitos negativos são mais evidentes em famílias de vulnerabilidade socioeconômica, que enfrentam instabilidade habitacional e acesso limitado a recursos essenciais. Segundo o Ministério da Cidadania (2021), “o uso de drogas durante a gestação pode trazer sérias

consequências para a saúde da mãe e do bebê, incluindo riscos de desenvolvimento e problemas de saúde ao longo da vida”. Para minimizar esses impactos, é fundamental implementar programas de apoio que ofereçam aconselhamento psicológico e suporte social, focando na redução de danos e na preservação do núcleo familiar, sempre que seguro.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O consumo de drogas ilícitas durante a gestação constitui um grave problema de saúde pública, cujos impactos vão além da esfera biológica. Os estudos analisados nesta revisão indicam que a compreensão dos efeitos diretos sobre o feto evoluiu: antes centrada em malformações físicas, atualmente inclui danos à neuroarquitetura e à funcionalidade cerebral, como déficits de atenção e dificuldades na regulação emocional. Além disso, a prematuridade e a síndrome de abstinência neonatal permanecem como riscos críticos à sobrevivência e ao desenvolvimento saudável da criança.

Diante desse cenário, a atuação da enfermagem mostra-se indispensável, exigindo uma mudança de paradigma. A literatura aponta que o cuidado técnico deve ser indissociável do cuidado humanizado. A implementação de protocolos como o Eat, Sleep, Console (ESC) exemplifica essa evolução. Nesse modelo, a avaliação funcional e o conforto, incluindo contato pele a pele e amamentação, substituem intervenções medicamentosas desnecessárias, reduzindo danos e fortalecendo o vínculo entre mãe e bebê.

Além dos aspectos clínicos, é fundamental compreender que o consumo de drogas está inserido em complexidades sociais. Fatores como pobreza e violência doméstica aumentam vulnerabilidades, dificultando a adesão ao pré-natal. Por isso, a abordagem deve ser interdisciplinar e baseada na redução de danos, evitando o viés punitivo que afasta a gestante dos serviços de saúde. O suporte social e educacional mostra-se tão terapêutico quanto o tratamento biomédico.

Por fim, destaca-se a necessidade de políticas públicas que integrem prevenção, assistência pré-natal de alto risco e suporte pós-natal contínuo. Somente através de uma rede de apoio que combine a ciência atualizada com a sensibilidade social será possível minimizar os impactos negativos do consumo de drogas, assegurando não apenas a sobrevivência, mas a qualidade de vida e o pleno desenvolvimento para mães e seus filhos.

REFERÊNCIAS

- BOWIE, A. C. et al. Prescribed opioid analgesics in early pregnancy and the risk of congenital anomalies: a population-based cohort study. **Canadian Medical Association Journal**, v. 194, n. 6, p. E152-E162, 2022.
- BRAZILIAN JOURNAL OF HEALTH REVIEW (BJHR). Síndrome de Abstinência Neonatal: desafios para a atuação do enfermeiro. **Brazilian Journal of Health Review**, Curitiba, v. 8, n. 1, 2025.
- BRAZILIAN JOURNAL OF IMPLANTOLOGY AND HEALTH SCIENCES (BJIHS). Uso da Cocaína e Crack durante a Gestação: Consequências para o Recém-Nascido. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 7, n. 11, p. 808-829, 2025.
- GLOBAL ACADEMIC NURSING JOURNAL. Uso de drogas ilícitas na gestação: quais os malefícios à integridade do bebê? **Global Academic Nursing Journal**, v. 2, n. Spe.1, e102, 2021.
- KROSKA, E.; STOWE, Z. Postpartum Depression: Identification and Treatment in the Clinic Setting. **Obstetrics and Gynecology Clinics of North America**, v. 47, n. 3, p. 409-419, 2020.
- LEWIS, A. et al. Methamphetamine exposure during pregnancy: A meta-analysis of child developmental outcomes. **Neuroscience & Biobehavioral Reviews**, v. 138, 104714, 2022.
- MILLENIUM. Mapeamento da evidência sobre intervenções não farmacológicas num RN com SAN: Scoping Review. **Millenium – Journal of Education, Technologies, and Health**, 2025.
- MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Cartilha sobre efeitos e consequências do uso de drogas na gestação. Brasília: Ministério da Cidadania, 2021.
- PEREZ, F. et al. Prenatal Methamphetamine—impact on the mother and child—a review. **Addiction**, 2021.
- PETERS, M. D. J. et al. Updated methodological guidance for the conduct of scoping reviews. **JBI Evidence Synthesis**, v. 18, n. 10, p. 2119-2126, 2020.
- SEBASTIANI, G. et al. The effects of alcohol and drugs of abuse on maternal nutritional profile during pregnancy. **Nutrients**, v. 10, 2018.
- UNIVASSOURAS. Uso de drogas ilícitas na gestação e suas consequências para o feto: revisão integrativa. **Revista de Saúde**, v. 12, n. 1, 2021.
- VASILIU, O. Pharmacological treatment strategies for postpartum depression. **European Psychiatry**, v. 65, p. S562-S562, 2022.
- WANG, X. et al. Opioid exposure during pregnancy and the risk of congenital malformation: a meta-analysis of cohort studies. **BMC Pregnancy and Childbirth**, v. 22, art. 401, 2022.
- WEST, K. D. et al. Prenatal substance exposure and neonatal abstinence syndrome: state estimates from the 2016–2020 Transformed Medicaid Statistical Information System. **Maternal and Child Health Journal**, v. 27, suppl. 1, p. 14-22, 2023.